

CONSTRUINDO A PAZ: A ENGENHARIA DO EXÉRCITO COMO ELEMENTO DE SMART POWER DO BRASIL NA MINUSTAH

Building peace: army engineers as an element of the Brazilian smart power at MINUSTAH

*Felipe Araújo Barros¹
Renata Alves da Costa²
Rodrigo Tavares Ferreira³*

Introdução

A forma com que as nações aplicam o seu poder no cenário internacional é um tema de estudo que cresceu de importância com a ascendência da globalização. Os Estados encontram-se, cada vez mais, sujeitos a percepção dos outros atores, estatais ou não, a respeito dos métodos empregados para se alcançar um determinado objetivo. As repercussões advindas destas percepções têm impactado o resultado das ações tomadas, limitando a liberdade de ação dos Estados na busca pela consecução dos seus interesses.

Ao longo da história mundial, a forma de emprego do poder nacional, de um modo geral, tem realizado um movimento de deslocamento de uma postura de preponderância do uso da força para o emprego de outros métodos, mais diplomáticos, mas nem por isso mais suaves (PAUTASSO, 2011). O uso do poder militar para consecução de objetivos tem seus custos, que foram aumentando à medida que os Estados foram se organizando e dispondo de recursos bélicos cada vez maiores. A guerra dos 30 anos, particularmente, levou o continente europeu a refletir sobre as consequências da banalização do emprego da força como estratégia de ação, o que o levou a discutir mecanismos alternativos de relação entre Estados (KISSINGER, 2015).

Diante disto, verifica-se a ascendência de outras formas de projeção de poder que buscam alcançar resultados por outros meios diversos da guerra. Estas formas de ação mais brandas buscam gerar poder

¹Especialista em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Mestrando em Ciências Militares pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM-IMM). Participou de missões paz no Haiti, como oficial de assuntos civis e no Sudão, como oficial de planejamento de engenharia. Email: tenfelipe@gmail.com

²Mestranda em Ciências Militares (ECEME). Bacharel em Relações Internacionais (Universidade Candido Mendes). Email: everenata@gmail.com

³Especialista em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Mestrando em Ciências Militares pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM-IMM). Email: rotafe@yahoo.com.br

através de uma atração positiva, trazendo atores externos para dentro de uma esfera de influência própria por meio da perspectiva de ganhos mútuos. Quando se emprega, de maneira combinada, formas coercitivas com formas atrativas, obtém-se, então, uma forma ainda mais eficiente de aplicação do poder, o *smart power* (NYE, 2011, p. 22–23).

A diplomacia brasileira, no decorrer dos séculos, fez uso de ferramentas coercivas e atrativas para alcançar seus objetivos. O peso destas ferramentas oscilou ao longo do tempo, dependendo da ótica das elites que conduziam o país e da situação do poder militar, mas não foi comum o uso deliberado de ambas, de forma conjunta, a fim de gerar um efeito sinérgico. Esta situação começou a se alterar no início do século XXI, quando uma conjunção de fatores políticos e econômicos levou o Brasil a buscar maior protagonismo no cenário internacional (DORATIOTO, 2000; PECEQUILO, 2010; SOUZA, 2014; VALENÇA; CARVALHO, 2014).

Dentro deste quadro, o Brasil aceitou fazer parte da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Ainda que existam críticas sob alguns aspectos ligados à efetividade das operações de paz, como as apontadas por Greenburg (2013) e Serbin e Pont, a participação nesta missão contribuiu para o aumento da relevância brasileira do cenário internacional, principalmente no âmbito das operações de paz da ONU. A utilização de ferramentas de *smart power*, conforme afirmam Seitenfus (2008), Silva (2011), Bracey (2011), Nasser (2012), Muxagato (2014), Cezne (2016) e Rodrigues e Migon (2017), entre outros, foi um diferencial relevante na obtenção deste quadro⁴. Este trabalho se propõe alçar um olhar sobre o papel da componente militar na construção dos *smart power* e, em especial, o diferencial causado pelas tropas de engenharia neste processo.

A Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) fez parte das tropas brasileiras da MINUSTAH. Seu primeiro contingente chegou no Haiti em 2005 com a missão de prover apoio de engenharia para as forças militares dos diversos países desdobrados no contexto da missão, além de realizar trabalhos em proveito do desenvolvimento local. Com efetivo variando entre 150 e 250 integrantes, a companhia teve um total de 23 contingentes, onde cerca de 4.500 militares brasileiros desenvolveram atividades típicas de engenharia, como terraplanagem, drenagem, pavimentação de vias, e montagem de estruturas pré-fabricadas, em solo haitiano (BRASIL, 2018). Seu emprego era controlado diretamente pelo *Force Commander*⁵ da missão – um oficial-general brasileiro – apesar de estar ligada ao contingente nacional para fins administrativos e logísticos (FARIAS, 2017, p. 54).

Neste artigo, será analisada a maneira pela qual o Brasil empregou, na MINUSTAH, uma combinação de suas tropas de engenharia com outros meios militares para alcançar o efeito de *smart power* proposto por Nye (2011). Para tanto, foi realizada uma análise nos relatórios de término de missão de diversos contingentes da BRAENGCOY, a fim de desvelar os trabalhos realizados por esta tropa que contribuíram para gerar um sentimento de atração na população local. Ao combinar este sentimento de atração com a

⁴ Para uma revisão mais ampla na literatura sobre o tema, sugere-se a leitura de Abdenur et al. (2017)

⁵ Denominação que se dá, dentro de uma missão de paz da ONU, do comandante do componente militar da missão.

atuação das tropas de arma-base⁶ na obtenção do ambiente seguro e estável, as tropas brasileiras conseguiram gerar os efeitos sinérgicos do *smart power*, obtendo, assim, uma maior aceitação da população local à sua presença, além do incremento do prestígio do país no âmbito internacional.

Revisão bibliográfica: hard, soft e smart power

Ao questionar o que os americanos podiam fazer melhor à medida que entravam no século XX, em “O Paradoxo do Poder Americano”, Joseph Nye (2003) concorda que não se deve fazer previsões sobre o futuro, mas é preciso ter retratos do futuro que possam guiar a política e assim evitar erros comuns, pois afinal, sistemas envolvem interações complexas e conseqüentemente geram reações diversas. Além disso, alerta para o perigo de uma política isolacionista por parte dos Estados Unidos, e considera que mesmo militarmente, apesar de ser uma superpotência, raramente deveriam intervir sozinhos (NYE, 2003, p. 33), ao contrário, devem criar situações para fortalecer alianças. Posto isto, segundo Nye (2003, p. 159), a chave para a longevidade americana é o multilateralismo, pois reduz os incentivos para a construção de alianças contra ela e, conseqüentemente, possibilita a cooperação de outros países para alcançar seus objetivos.

Nesse tocante, o autor considera necessário um exame das fontes de poder americano. Mas afinal, o que seria esse poder? Para Nye (2003, p. 4) “poder é a capacidade de efetuar os resultados que você quer, e se necessário, mudar o comportamento de outros para fazer isso acontecer”. A partir dessa lógica, o poder é comumente definido como a capacidade de um Estado de possuir elementos tais como “população, território, recursos naturais, força econômica, poderio militar e estabilidade política” (NYE, 2003, p. 5).

A capacidade para produzir uma guerra era tida como demonstração relativa de fonte de poder dos Estados. Contudo, “ao longo dos séculos, com a evolução das tecnologias, as fontes de poder mudaram” (NYE, 2003, p. 5) afastando assim a ênfase na força militar, sobretudo porque o uso da força tende a comprometer os objetivos econômicos dos países.

Em “O Futuro do Poder” Nye (2011) argumenta que o problema que os Estados (até os mais poderosos) enfrentarão no século XXI diz respeito ao fato de que cada vez mais terão que lidar com questões fora do seu controle. Nye chama de “*power transition*” e “*power diffusion*” essas transformações que estão acontecendo à nível global; a primeira para explicar a mudança de poder entre os Estados e a última o afastamento do poder dos Estados para atores não governamentais.

Nesse sentido, Nye demonstrou que as dimensões de poder (agora mais subjetivas) são muito mais amplas e que as narrativas clássicas não dão mais conta de explicá-las. Aquilo que se percebe como poder nacional, em um enfoque material, como a população, tecnologia ou recursos materiais, Nye define como meros instrumentos do poder, úteis para fins específicos, mas inúteis se incorretamente empregados. Em seu ponto de vista relacional, o poder é a capacidade de alterar o comportamento de outros atores para produzir resultados preferidos (NYE, 2009).

⁶ No vocabulário militar, as Armas agrupam as especializações voltadas para a execução do combate propriamente dito, e se subdividem em Armas Base – Infantaria e Cavalaria – e Armas de Apoio ao Combate – Artilharia, Engenharia e Comunicações.

Isso posto, Nye define o que chama de “As Três Faces do Poder Relacional”. A primeira face, mais fácil de se observar, se refere ao uso da força para mudar a atitude de um ator. Através de ameaças ou recompensas este ator é coagido a alterar sua estratégia preferida, de forma a atender a um efeito desejado por parte de quem exerce o poder. Esta forma de ação deixa bastante explícita a atuação do agente que exerce a pressão sobre seu alvo (NYE, 2011, p. 11).

A segunda face refere-se à capacidade de controle de agenda. Uma nação com poder de determinar a agenda de assuntos ou linhas de ação que estarão em pauta tem o poder de limitar a escolha das mais fracas, manipulando os rumos das escolhas a serem tomadas. Nesta situação, a influência do poder do agente é mais sutil, podendo ser ou não percebida pelos outros atores (NYE, 2011, p. 13).

A terceira e última face é exercida pela criação de preferências. O agente do poder influencia seu alvo de tal forma que este adota escolhas que beneficiam àquele, de forma inconsciente, através da criação de tendências, preferências e desejos. O sucesso no uso desta forma de poder faz com que o alvo não tenha consciência do poder exercido pelo agente, pois os objetivos de ambos passam a ser os mesmos (NYE, 2011, p. 13).

A primeira face do poder é preponderante no *hard power*. O uso da ameaça militar ou econômica sobre um alvo como forma de influenciar suas ações, em uma atitude intimidadora é o que caracteriza este tipo de poder. Mesmo o uso de recompensas econômicas, com a ameaça de que estas possam ser retiradas em caso de destrato, pode ser encarado desta forma. Apesar de direto e efetivo, este tipo de poder não garante resultados de longo prazo, pois tende a produzir, de forma colateral, dissenso, revolta, medo e aversão (CAMPBELL; O’HANLON, 2007; COOPER, 2004; WILSON, 2008).

O conceito de *soft power*, por seu turno, foi trazido por Joseph Nye no final da década de 1980 e ganhou força no pós 11 de setembro de 2001. O poder brando, como é comumente traduzido, faz uso intenso do *modus operandi* da segunda e terceira face, assentando-se principalmente na cultura, nos valores políticos e nas relações internacionais. Através do poder de atração ou de definição de agendas o Estado pode criar uma aura de percepção positiva, que o ajuda a conquistar mais facilmente seus objetivos (NYE, 2011, 2015). O Canadá, com sua imagem de país pacifista, acolhedor e defensor dos direitos das minorias é um exemplo do uso do *soft Power* (POTTER, 2009). Apesar de utilizar uma abordagem mais sutil, a longo prazo, os resultados alcançados por meio do *soft power* tendem a ser mais duradouros por gerarem consenso, simpatia e boa vontade da opinião pública para o agente (VALENÇA; CARVALHO, 2014).

Entretanto, o poder brando não deve ser visto como uma solução para todos os problemas, como se observa pelas tentativas infrutíferas dos EUA de dissociar Talibãs da Al Qaeda no Afeganistão pelas vias diplomáticas (NYE, 2009). Mesmo que a contragosto, um ator pode ser obrigado a ceder ao assédio de uma potência dominante sob a ameaça do seu poderio bélico ou econômico, ainda que sua preferência inicial fosse atraída para outro ator por meio do *soft power*.

Para solucionar o dilema de como exercer o uso do poder de uma forma efetiva e duradoura, Nye desenvolveu, em 2003, o conceito de *smart power*. O autor o apresenta como uma estratégia de combinação entre *hard* e *soft power*, em um determinado contexto, de forma a se alcançar objetivos definidos. Através do

uso coordenado e sinérgico de ferramentas de ambos os tipos de poder é possível atingir um resultado consistente, em um contexto que combine o respeito imposto pelo uso da força à atração emocional, que possibilita a estabilidade ao longo tempo (NYE, 2009, 2011; WILSON, 2008).

De acordo com Nye, para alcançar uma estratégia de poder inteligente os Estados precisam ter clareza sobre objetivos (tangíveis) que combinem valores e interesses, para somente então fazer um “levantamento preciso dos recursos disponíveis e avaliar como esses recursos mudarão” (NYE, 2011, p. 222) em determinadas circunstâncias. Afinal, “*smart power* significa conhecer as forças e limitações de cada instrumento” (WILSON, 2008). Ademais, é necessário avaliar os recursos e preferências dos alvos que se pretende influenciar (NYE, 2011, p. 224).

A partir disso, deve-se escolher entre os comportamentos de poder (econômico, *soft power*), e ajustar as táticas de modo que elas reforcem umas às outras (NYE, 2011, p. 225). Por fim, uma estratégia de poder inteligente requer uma avaliação cuidadosa da probabilidade de sucesso em alcançar os objetivos definidos inicialmente e isso, segundo Nye, demanda “uma avaliação clara dos limites internacionais” (2011, p. 229).

A política externa brasileira foi, na maior parte de sua história, caracterizada pelo uso do *soft power*, servindo-se mais ativamente de estratégias de persuasão e construção de consenso. Ainda que o uso de ferramentas de *hard power* possa ser visto em algumas passagens da história do país, especialmente quando os seus interesses fundamentais estiveram em jogo, estes eventos foram a exceção e não a regra. No final do século XX, especialmente a partir da década de 80, o uso das ferramentas de *soft power* reinou absoluto na busca da nação pela almejada inserção global (LUJÁN, 2016; SILVA, 2012; VALENÇA; CARVALHO, 2014).

No início do Século XXI, o Brasil passou a viver um momento particularmente favorável da sua história. Uma conjuntura de fatores nos planos interno, como a estabilização econômica, e externo, como o aumento dos preços das commodities no mercado internacional, levaram o Brasil a despontar como uma nação em franca ascensão no cenário global. Aliado a isto, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República promoveu uma mudança na política externa nacional, que passou a almejar um maior protagonismo no cenário internacional. A nova postura do país procurou demonstrar capacidades de projeção de poder militar e de liderança em missões de apoio humanitário sob a égide da ONU, mostrando assim, possuir força e vontade política para trabalhar pelo bem comum em cooperação com os organismos multilaterais. Dentro deste quadro, a participação brasileira na MINUSTAH teve um papel destacado no desenvolvimento do *smart power* nacional (MOREIRA JR, 2012; PAUTASSO, 2011; PINTO, 2011; VALENÇA; CARVALHO, 2014).

O hard power brasileiro empregado na MINUSTAH

De acordo com Cavalcanti (2014), o Brasil aportou na MINUSTAH em 2004, em um quadro de desagregação social grave onde o presidente eleito do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, encontrava-se deposto e o governo interino solicitara a intervenção internacional para recuperar a coesão interna do país. O contingente inicial era formado pela Brigada Haiti, uma força de 1.200 homens oriundos do Comando

Militar do Sul, posteriormente substituída pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*), pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (*Brazilian Marines - BRAMAR*) e pela Companhia de Engenharia de Força de Paz (*Brazilian Engineering Company - BRAENGCOPY*).

Um aspecto de grande relevância para a participação militar brasileira no Haiti foi a emergência da Doutrina Capstone. Esta doutrina, oriunda das experiências colhidas com o insucesso das missões da ONU na Iugoslávia, Ruanda e Somália, reunidas no Relatório Brahimi, inaugurou um novo paradigma de uso da força nas missões de paz. Sob este arcabouço legal, o Brasil operou no Haiti fazendo uso ativo da força, inclusive força letal, para impor o cumprimento do seu mandato, no que se denominou operações de paz robustas (BIGATÃO, 2017; KARLSRUD, 2015).

Durante sua permanência no Haiti, o Brasil operou com um efetivo que variou ao longo do tempo, em função dos seus mandatos e das necessidades da missão, partindo de um efetivo inicial de 1.200 militares da Brigada Haiti (VIEIRA NETO, 2017) e alcançando o ápice de 2.188 militares com a ativação do BRABAT 2 (UN, 2011). No que se refere às forças do BRABAT e BRAMAR, seu emprego ocorreu em um espaço limitado, isto é, dentro de uma área de responsabilidade, e com a finalidade principal de obter e manter um ambiente seguro e estável, de forma que os outros componentes da missão (policial e civil) pudessem desenvolver suas atividades (WALKER, 2018). A fim de facilitar o estudo das formas de atuação das forças de pacificação, dividiremos a missão em quatro fases:

- 1ª Fase – Imposição da Paz (2004 a 2007): da chegada das tropas no Haiti até a obtenção do ambiente seguro e estável;
- 2ª Fase – Manutenção da Paz (2007 a 2010): da obtenção do ambiente seguro e estável até o terremoto de 2010;
- 3ª Fase – Apoio Humanitário (2010 a 2013): do terremoto de 2010 até a desmobilização do BRABAT 2;
- 4ª Fase – Redução e Desmobilização (2013 a 2017): da desmobilização do BRABAT 2 ao retorno completo das tropas brasileiras da MINUSTAH (24º contingente).

Durante a primeira fase, as tropas brasileiras atuaram principalmente no enfrentamento das gangues de criminosos e no treinamento da Polícia Nacional Haitiana (PNH). As ações se concentravam no patrulhamento de favelas e estabelecimento de checkpoints nas principais rodovias, objetivando a detenção de líderes de gangues além das ações de combate visando a retomada de partes da cidade sob o controle de criminosos, como os bairros de *Bel Air*, *Cité Soleil* e *Cité Militaire* (LIMA, 2017). Operações de busca e apreensão, de isolamento e interdição de área, além do estabelecimento de checkpoints e pontos fortes foram tipos de ações táticas amplamente utilizadas. O uso de força letal para cumprimento do mandato foi uma realidade neste cenário, sempre baseado nas regras de engajamento e nos Acordos de *Status* da Força (*Status of Force Agreement – SOFA*) (CAVALCANTI, 2014; LESSA, 2007).

Neste cenário, destacam-se as operações Punho de Ferro (julho de 2005), Casa Azul (janeiro de 2007) e *Jauru Sudamericano* (fevereiro de 2007). A primeira teve como objetivo neutralizar o líder de gangue Emmanuel Terror Wilme e tornou-se um marco nas operações de paz da ONU, pois, pela primeira vez, força

letal foi usada de forma ativa para consecução do mandato da missão. As outras duas serviram para consolidar a ocupação militar de *Cité Militaire* e da Rota Nacional 1, e ocorreram durante o período do comando do General Carlos Alberto dos Santos Cruz como *Force Commander* da MINUSTAH (CAVALCANTI, 2014; LESSA, 2007).

Após a conquista de um ambiente seguro e estável, inicia-se a segunda fase da missão, a de manutenção da paz. Esta fase se caracterizou pela busca de um papel mais ativo dos contingentes policial (*United Nations Police* - UNPOL) e civil da missão, bem como pela ênfase no emprego da PNH para a consecução da atividade policial. Mesmo com esta mudança de enfoque, o contingente militar permaneceu atuando ativamente. Os mesmos tipos de operações que eram realizadas na fase anterior continuaram ocorrendo, porém com maior preponderância do uso de meios menos letais, dentro de uma filosofia de uso progressivo da força, e com participação maior e mais constante de elementos da UNPOL e da PNH. Ações de controle de distúrbios também passaram a ocorrer com maior frequência nesta fase (CAVALCANTI, 2014).

No dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto de grau 7 na escala de Richter atingiu o Haiti, deixando a capital do país, Porto Príncipe, em estado de calamidade. Uma grande quantidade de prédios foi destruída, entre eles o presídio que abrigava grande quantidade de ex-membros das gangues que assolavam o país. Milhares de pessoas ficaram feridas e milhões ficaram desabrigadas, concentrando-se em diversos campos de deslocados. Neste ambiente, as tropas da MINUSTAH tiveram que atuar para, em um primeiro momento, conter os efeitos humanitários da catástrofe, bem como evitar o cenário de desagregação social que ameaçava se instalar e fazer regredir todos os esforços de estabilização alcançados pela missão (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013; PATRIOTA, 2010).

Passado o primeiro impacto, as tropas voltaram-se então para o esforço de reconstrução. O ambiente caótico que se instaurou após o terremoto levou a uma reversão do quadro de estabilidade alcançado. A MINUSTAH, que já se preparava para entrar em uma fase de *downsizing*⁷, precisou ser reforçada e, com a autorização do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil aumentou seu contingente, mobilizando e ativando o BRABAT 2 e reforçando a BRAENGCOY em pessoal e material. O gerenciamento dos campos de deslocados assumiu um papel crítico para todos os componentes da missão (CAVALCANTI, 2014; LIMA, 2017).

Nesta terceira fase, iniciada a partir da ocorrência do terremoto, as tropas voltaram a atuar fortemente na repressão de gangues, no patrulhamento de área de risco, especialmente nas áreas de refúgio de fugitivos, e na contenção de saques. Operações de busca e apreensão, de cerco e isolamento, além de ações de curta duração em áreas conflagradas foram realizadas continuamente, de modo que, ao final de três meses, cerca de 120 membros de gangues já haviam sido recapturados (LIMA, 2017). Esta nova fase, caracterizada por uma grande intensidade de operações militares ocorrendo paralelamente com um esforço humanitário e de reconstrução do país, estendeu-se até 2013– ano em que ocorreu a desmobilização do

⁷ O *downsizing* é o período onde uma missão, ao considerar que atingiu seus objetivos, passa a reduzir o seu efetivo e inicia a transição de suas funções para as autoridades locais.

BRABAT 2 – momento no qual a ONU entendeu que a missão havia alcançado os níveis de estabilidade próximos ao de antes do terremoto, e o contingente militar brasileiro passou a ser gradualmente reduzido até chegarmos ao término da participação militar brasileira na MINUSTAH, em 2017 (WALKER, 2018).

Convém ressaltar ainda que o apoio logístico das tropas brasileiras no Haiti, definido pelo Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding- MOU*), deu-se pela forma de *wet lease*. Por este sistema, o Brasil comprometia-se, perante o Departamento de Operações de Paz (*Department of Peacekeeping Operations - DPKO*), a empregar equipamento e armamento próprio na missão, de ficar responsável pela manutenção deste material, o que inclui o reparo, troca e ressurgimento, além do estabelecimento de uma cadeia logística própria, sendo reembolsado, em parte, por isso (SILVA, 2018; UN, 2017). Desta forma, o Brasil manteve, por mais de dez anos e com meios próprios, suas tropas em uma área de operações distante mais de 4000 Km de seu território nacional.

Sintetizando os fatos apresentados, pode-se afirmar que o Brasil manteve um expressivo contingente militar em um país distante de seu território nacional, por treze anos, sustentado por sua própria capacidade logística. Se observarmos este fato sob a ótica no novo posicionamento da política exterior do governo da época, conforme explanado na seção anterior, veremos que a participação militar brasileira serviu como uma demonstração de força do país (SILVA, 2011; VALENÇA; CARVALHO, 2014). O Brasil mostrou-se capaz de projetar poder fora do seu território, realizando operações de caráter ofensivos contra grupos hostis, além de liderar um conjunto de países de diferentes culturas para alcançar um objetivo militar definido. Por meio desta demonstração de força, o Brasil mostrou ao mundo que possuía *hard power* suficiente para se candidatar ao papel de um ator de nível global, com peso proporcional ao seus *status* econômico e territorial.

Dados da atuação da BRAENGCYOY em benefício da população

Analisado o *hard power* brasileiro expresso na missão, passamos então a estudar de que forma a companhia de engenharia foi empregada para a construção do *soft power*, através da realização de trabalhos de impacto direto ou indireto na qualidade de vida da população. Para tanto, foi realizada uma análise dos relatórios de término de missão de 17 dos 22 contingentes da BRAENGCYOY. O trabalho de análise seguiu a metodologia proposta por Bardin (2016), composta por três passos: pré-análise; exploração e tratamento dos resultados; e inferências e interpretações.

Na primeira fase, foram realizadas a leitura flutuante⁸ e a seleção dos documentos que seriam analisados. Para tanto, foram consideradas as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência⁹ (BARDIN, 2016). Desta análise, foram selecionados os seguintes documentos:

⁸ A leitura flutuante consiste no primeiro contato com o texto a ser analisado, conhecendo-o. Permite ao analista adquirir uma ideia inicial sobre o material, formular hipóteses e desenhar as primeiras classes de análise.

⁹ Conjunto de regras propostas por Bardin (2016) para selecionar o corpus de análise. A exaustividade se refere a levar em conta todos os elementos do corpus, não deixando de fora nenhum elemento sem uma justificativa rigorosa; a representatividade refere-se à quantidade de material, de forma que esta seja parte representativa do todo; a homogeneidade consiste na busca do estabelecimento de critérios precisos de escolha, não apresentando demasiada singularidade fora destes critérios; a pertinência refere-se à adequabilidade do material, que deve corresponder aos objetivos da análise.

Tabela 1 – Lista de documentos analisados

Nº	Título	Data	Cont.
01	Relatório Final de Operação	07/06/2006	2º
02	Relatório Final de Operação - 3º Contingente	18/12/2006	3º
03	Relatório Final de Operação - 4º Contingente	15/06/2007	4º
04	Relatório de Término de Missão do 6º Contingente	05/06/2008	6º
05	Relatório de Término de Missão do 7º Contingente	02/12/2008	7º
06	Relatório de Término de Missão do 8º Contingente	09/06/2009	8º
07	Relatório de Término de Missão do 9º Contingente	05/02/2010	9º
08	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/12	12/09/2010	12º
09	Relatório de Término de Missão do 14º Contingente	10/09/2011	14º
10	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/15	18/04/2012	15º
11	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/16	03/12/2012	16º
12	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/17	07/06/2013	17º
13	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/19	04/06/2014	19º
14	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/20	04/12/2014	20º
15	Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/21	01/06/2015	21º
16	Apresentação do Relatório Final de Operações do 22º Contg Cia E F Paz - Haiti	Não informada	22º
17	Relatório por Término de Missão 25º Contingente da Cia E F Paz-Haiti	02/06/2017	25º

Fonte: (Elaboração própria a partir de BRASIL [2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011, 2012a, 2012b, 2013, 2014a, 2014b, 2015b, 2015a, 2017]).

Através da leitura flutuante dos documentos, foram elaboradas as seguintes categorias para classificação dos trabalhos:

1. Perfuração de poços: nesta categoria foram considerados os poços escavados tanto para atendimento direto à comunidade, para ONGs ou para as bases da MINUSTAH. Esta última se deve ao fato que, na maior parte das vezes, estes poços, mesmo estando em terreno particular ou da missão, serviam também à comunidade e permaneceram no terreno após a desativação das bases;
2. Pavimentação de vias: incluem trabalhos de pavimentação asfáltica em vias públicas ou serviços de recuperação deste tipo de pavimento (tapa-buraco), melhorando a qualidade das vias já existentes;
3. Melhoria de infraestrutura do país: compreende trabalhos que, de alguma forma, ampliaram a oferta de infraestrutura do Haiti. Inclui obras de terraplanagem, drenagem, reparo de estradas de terra, abertura de acessos, e outros serviços correlatos;
4. Melhoria de instalações governamentais: obras que visaram construir, recuperar ou ampliar instalações governamentais, que possibilitaram aos agentes do Estado prestar melhores serviços para os cidadãos, ou outras ações em apoio direto ao Governo do Haiti, como as ações de suporte ao processo eleitoral.
5. Destruição de artefatos explosivos: ações realizadas pela Equipe de Destruição de Artefatos Explosivos na neutralização e destruição de artefatos explosivos encontrados em áreas de risco;

6. Desobstrução de vias e limpeza de áreas urbanas: trabalhos que visavam melhorar a circulação ou o estado sanitário do ambiente urbano pela remoção de entulhos oriundos de causas diversas como acúmulo de lixo, desabamentos, bloqueios etc.;
7. Apoio a ONG e outros atores humanitários: ações realizadas em favor de organizações não-governamentais (ONGs) ou outros atores humanitários que não estavam diretamente subordinados ao comando da MINUSTAH (como, por exemplo, os *UN Country Teams* – UNCT), e que visavam atender às necessidades imediatas da população;
8. Apoio ou Execução de QIP ou ACISO: ações realizadas diretamente em prol da população local através de Projetos de Impacto Rápido (*Quick Impact Projects* – QIP) ou Ações Cívico Sociais (ACISO), conduzidas pela BRAENGOY ou por outras unidades, desde que a imagem da BRAENGOY estivesse associada;
9. Ações humanitárias em resposta a desastres naturais: ações realizadas em decorrência das demandas humanitárias geradas por desastres naturais como o terremoto de 2010 e da passagem de furacões;
10. Patrulha fluvial: apoio em transporte com botes às tropas de realizavam a patrulha da fronteira entre Haiti e República Dominicana na região do Lago Azuei, visando inibir ilícitos transnacionais. Realizada a fase inicial de pré-análise, o material foi recortado e classificado dentro das categorias de análise, resultando em dados brutos que foram tratados conforme o seguinte índice:

Tabela 2 – Índices de tratamento de dados

Índice	Critério
Sim	Contingentes onde foram encontrados pelo menos uma indicação de trabalho realizado relativo à categoria
Não	Contingentes onde foram encontradas informação explícitas de que os trabalhos relativos a esta categoria não foram executados
N.I.	Não informado. Contingentes onde não foi possível verificar se trabalhos relativos a esta categoria foram ou não realizados

Fonte: (Elaboração própria).

Do tratamento dos dados brutos foram obtidas as seguintes informações:

Tabela 3a - Trabalhos realizados, por contingente

Categoria	Contingente									
	2	3	4	6	7	8	9	12	14	
Perfuração de poços	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Pavimentação de Vias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	
Melhoria de infraestrutura do país	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Melhoria de instalações governamentais	Sim	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	Não	Não	Sim	N.I.	
Destrução de artefatos explosivos	Sim	N.I.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	
Desobstrução de vias e limpeza de áreas urbanas	Sim	N.I.	Sim	Sim	N.I.	Sim	Sim	Sim	Sim	
Apoio a ONGs e outros atores humanitários	N.I.	N.I.	Sim	Sim	N.I.	Não	Sim	Sim	Sim	
Apoio ou Execução de QIP ou ACISO	Sim	Sim	Sim	Sim	N.I.	Sim	Não	Sim	Sim	

Ações humanitárias em resposta a desastres	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	Não	Não	Sim	N.I.
Patrulha Fluvial	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efetivo da Companhia	150	150	150	150	150	250	250	250	250

Fonte: (Elaboração própria a partir de BRASIL [2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011, 2012a, 2012b, 2013, 2014a, 2014b, 2015b, 2015a, 2017]).

Tabela 3b - Trabalhos realizados, por contingente (continuação)

Categoria	Contingente								
	15	16	17	19	20	21	22	25	tal
Perfuração de poços	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	N.I.	62
Pavimentação de Vias	Sim	Sim	N.I.	Não	Sim	Não	Não	Não	69
Melhoria de infraestrutura do país	Sim	Sim	N.I.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	46
Melhoria de instalações governamentais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	N.I.	27
Destruição de artefatos explosivos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	N.I.	N.I.	22
Desobstrução de vias e limpeza de áreas urbanas	Sim	Sim	N.I.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	38
Apoio a ONGs e outros atores humanitários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	74
Apoio ou Execução de QIP ou ACISO	Sim	Sim	N.I.	Sim	Sim	Sim	N.I.	Sim	36
Ações humanitárias em resposta a desastres	N.I.	Sim	Sim	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	Sim	39
Patrulha Fluvial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Efetivo da Companhia	250	250	250	250	177	177	120	120	-

Fonte: (Elaboração própria a partir de BRASIL [2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011, 2012a, 2012b, 2013, 2014a, 2014b, 2015b, 2015a, 2017]).

Os dados levantados também podem ser apresentados em formato de frequência de execução¹⁰, conforme a tabela abaixo:

Tabela 4 – Frequência de ocorrência de categorias de trabalho por contingente

Nº	Categoria	Sim	Não ou N.I.	Frequência de execução
1	Perfuração de poços	15	2	88,24%
2	Pavimentação de Vias	11	6	64,71%
3	Melhoria de infraestrutura do país	16	1	94,12%
4	Melhoria de instalações governamentais	9	8	52,94%
5	Destruição de artefatos explosivos	9	8	52,94%
6	Desobstrução de vias e limpeza de áreas urbanas	14	3	82,35%
7	Apoio a ONGs e outros atores humanitários	13	4	76,47%
8	Apoio ou Execução de QIP ou ACISO	13	4	76,47%
9	Ações humanitárias em resposta a desastres	4	13	23,53%
10	Patrulha Fluvial	14	3	82,35%

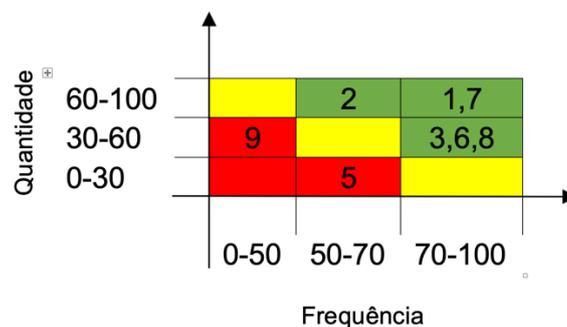
Fonte: (Elaboração própria a partir de BRASIL [2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011, 2012a, 2012b, 2013, 2014a, 2014b, 2015b, 2015a, 2017]).

¹⁰ Refere-se à porcentagem de contingentes que realizaram a categoria de trabalho (Quantidade de “Sim”/Total de contingentes x 100).

Análise dos dados e inferências

Analisando os dados da Tabela 3b, observa-se que a categoria de trabalhos 1, 2 e 7 apresentam uma maior quantidade de execuções reportadas durante o período da missão ($n > 60$), seguidas pelas categorias 3, 6, 8 e 9 em um nível intermediário ($60 > n > 30$), e ficando as categorias 4 e 5 com o menor número de ações reportadas ($n < 30$). Na Tabela 4, observa-se que as categorias de trabalho 1, 3, 6, 7, 8 e 10 ($n > 70\%$) foram os que ocorreram com maior frequência nos relatórios, as categorias 2, 4 e 5 ocorreram em uma faixa intermediária de frequência ($70\% > n > 50\%$) e somente a categoria 9 apresentou frequência abaixo de 50% de ocorrência. Cruzando os dados das duas tabelas, observa-se que as categorias 1 e 7, encontram-se tanto na situação de alta frequência e grande quantidade de trabalhos realizados, seguidas pelas categorias 2, 3, 6 e 8, que se encontram em uma categoria superior em um dos quesitos e intermediária em outro. As categorias 5 e 9 apresentam-se no quadrante mais baixo em um dos quesitos, e intermediário nos outros. O cruzamento dos dados pode ser melhor visualizados no gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1 – Resultado do cruzamento de dados das Tabelas 3 e 4



Fonte: (Elaboração própria a partir de BRASIL [2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2010a, 2010b, 2011, 2012a, 2012b, 2013, 2014a, 2014b, 2015b, 2015a, 2017]).

Dentre as categorias de trabalhos analisadas observa-se uma grande prevalência da categoria 1 (perfuração de poços) que ocorre em praticamente todos os contingentes. Este tipo de trabalho impacta a população em uma de suas necessidades básicas: o acesso à água potável. Em um país com as características fisiográficas do Haiti, que ainda são agravadas pela falta de saneamento básico, o acesso à água potável é um fator de grande relevância para a qualidade de vida e manutenção da saúde da população. Outras categorias que foram consideradas mais relevantes foram as de número 2 (Pavimentação de Vias), 3 (Melhoria de infraestrutura do país) e 6 (Desobstrução de vias e limpeza de áreas urbanas). Este tipo de obra resulta na mudança do ambiente, o que impacta na percepção das pessoas sobre a melhoria geral da qualidade de vida, além de reforçar a ideia de que a missão também trabalhava para o benefício geral da população.

Da análise dos dados levantado, além dos relatos disponíveis nos relatórios, podemos inferir algumas características dos trabalhos da BRAENGCOPY que serviram como um fator gerador de atração e simpatia na população haitiana:

1. Busca ativa na realização de ações em benefício da população: Os mandatos da BRAENGCOPY, de início, não previam o seu emprego em ações voltadas para o apoio à população (BRASIL, 2006a),

o que Boutelles e Smith (2014) chamam de “papel não relacionado ao suporte da missão”. Entretanto, observa-se que, desde os primeiros contingentes, houve uma preocupação em atender os anseios da comunidade através de ações que a beneficiassem (WALKER, 2016). Para contornar esta lacuna no mandato, a companhia se aproveitava da sua função de realizar ações em proveito do quadro tático da arma-base para executar obras que tivessem também um impacto social, como observou Cezne (2016, tradução nossa) em sua pesquisa:

Elementos de engenharia militar dos contingentes, como a *Brazilian Engineering Company* (BRAENGCOY), são também considerados como elementos vitais para uma abordagem de *peacekeeping* multidimensional, por apoiar ou implementar outros tipos de projetos, dentro dos quais os QIP. Entrevistados da BRAENGCOY ressaltaram que as suas atividades, ainda que o mandato lhe designe como missão primordial apoiar infraestrutura ou operações relacionadas à MINUSTAH, buscavam, eventualmente, algum tipo de legado para os haitianos.

2. Capacidade de atingir diversas classes sociais: Outra característica dos trabalhos de engenharia é a possibilidade de atingir diversos estratos da sociedade com uma mesma ação (BOUTELLIS; SMITH, 2014; PARROTT, 2010; WILLIAMS, 2005). Enquanto os trabalhos de assistência humanitária costumam a mirar preferencialmente as classes mais baixas da população, normalmente as mais vulneráveis, os trabalhos de engenharia podem atingir a todos indistintamente, especialmente em um país carente de infraestrutura como o Haiti. A pavimentação de uma rodovia atinge a todos os seus usuários indistintamente, sejam eles donos de automóveis, usuários de transportes coletivos ou pedestres. O mesmo se pode dizer de um serviço de canalização de águas pluviais, de instalação de rede de saneamento, etc. Estas outras camadas sociais que normalmente são pouco impactadas em ACISO, tem sua importância por normalmente conter elementos em funções de liderança e formadores de opinião, o que contribui para a conquista de uma atitude favorável para com a missão. As categorias 2, 3, 4, 6, 8 e 9 são as que melhor se encaixam nesta característica, pois seus efeitos são sentidos indistintamente por todos os estratos da sociedade, ainda que os fatores deste impacto sejam diferentes em cada um deles.
3. Durabilidade dos trabalhos: As ACISO, em sua maior parte, costumam a focar nas necessidades imediatas da população mais carente, como na distribuição de água, comida, roupas, campanhas de promoção da saúde, além de ter um caráter efêmero. Apesar da importância destas atividades, o seu impacto é mais limitado no tempo, necessitando de uma repetição periódica para que seus efeitos se mantenham. Já os trabalhos de engenharia, em sua maior parte, têm por característica a durabilidade, isto é, permanecem materializados no terreno por longos períodos. O melhor exemplo de trabalho de engenharia de grande impacto e duração é o de perfuração de poços, pois atende a uma necessidade básica da população, atinge um grande número de pessoas e se mantém operacional durante longos períodos. Talvez, por este motivo, este tipo de trabalho seja uma constante em praticamente todos os contingentes.

A população vê o componente de engenharia de modo diferente porque sabem que algo será deixado como legado; além disto, os impactos das operações de paz acabam por terem maior visibilidade através da engenharia por entregarem algo que estará materializado no terreno... (CEZNE, 2016, tradução nossa)

4. Mudança no ambiente: Os trabalhos de engenharia têm capacidade de alterar substancialmente o ambiente ao seu redor, modificando os efeitos psicossociais atrelados a ele. Um exemplo disto pode ser observado em um trecho do relatório do 3º contingente:

Recuperação da Praça da Paz: A região em torno da Praça da Paz, em Bel Air, havia sido praticamente pacificada pelo B Inf F Paz¹¹. Contudo, a sensação de segurança nessa área ainda não havia sido assimilada pela população local. A Cia E F Paz¹² realizou ACISO para a revitalização da praça, com a recuperação do parque infantil, pintura e corte de grama. As crianças acorreram em massa para a região, seguidas pelos adultos. Essa missão foi essencial para externar aos haitianos o retorno da segurança à normalidade. A missão durou em torno de 07 dias. O resultado foi bastante significativo, contribuindo para normalizar a circulação dos habitantes locais na área em tela. (BRASIL, 2006b).

As ações de intervenção urbana contribuem para a geração de uma sensação de normalidade, mais difícil de ser alcançada por outros meios. Os efeitos do ambiente urbano na qualidade de vida da população são conhecidos e abordados por autores como Wilson e Kelling (1982) e Borja e Muxí (2003). Com a atuação da tropa de engenharia sobre este fator, as ações de contenção da criminalidade passam a contar com um maior grau de impacto, passando a ser associadas com a melhoria da qualidade de vida na região. Esta percepção contribui para a melhor aceitação dos transtornos provocados pela ação das forças de segurança ao permitir à população perceber os benefícios diretos trazidos por elas, como relatam Boutellis e Smith (2014):

Um exemplo positivo de sinergia entre uma seção substantiva de uma missão de paz e seus engenheiros militares é o projeto “*Wharf Jérémie*”. [...] Essa foi uma situação de ganha-ganha, pois ajudou a melhorar a imagem do componente militar da MINUSTAH nestas comunidades (onde a MINUSTAH também realizava operações robustas contra gangues, com o apoio da polícia haitiana), com um custo reduzido para a missão.

As categorias 2, 3, 4, 6 e 8 são as que melhor representam essa capacidade inerente às tropas de engenharia de modificar o ambiente em prol de uma percepção de melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Observando os dados e as inferências apresentadas, pode-se concluir que a tropa de engenharia contribuiu para a geração de um sentimento de atração sobre a população haitiana em todos os níveis. Sem este suporte, as ações das forças de paz poderiam ter causado um sentimento de repulsa popular similar ao que já existia contra a PNH ou contra o “homem fardado”, jocosamente chamado de “Eiu”¹³ pela população local. Entretanto, o emprego da engenharia na consecução de trabalhos de grande apelo popular, visibilidade e durabilidade, possibilitou a criação de um sentimento de que a vida estava genuinamente melhorando (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 102).

¹¹ Batalhão de Infantaria de Força de Paz

¹² Companhia de Engenharia de Força de Paz

¹³ A expressão “*eiu*” deriva do inglês “*Hey, you*”, forma como os soldados norte-americanos interpelavam os haitianos, quando fizeram parte de outra missão de paz no país, a MINUHA.

O trabalho da Companhia de Engenharia também não passou despercebido durante o terremoto de 2010, sendo a sua atuação considerada de grande relevância. De acordo com o General Floriano Peixoto (2017),

A Companhia de Engenharia de Força de Paz foi engajada além dos limites doutrinários de emprego e assim se manteve, mesmo decorrido tempo considerável após o abalo sísmico, pois seus efeitos ainda subsistiam. Torna-se, pois, uma tarefa bastante difícil, enumerar os trabalhos executados pelos engenheiros, mas nada do que era feito em socorro às vítimas e à minimização dos efeitos do terremoto ocorria sem a participação deles. Entretanto, pelo impacto nas providências imediatas, algumas tarefas devem ser exemplificadas, não somente pelo caráter de urgência que demandavam, mas até por questões de saúde pública, como a retirada de corpos das ruas e dos escombros e o preparo de locais para sepultamento coletivo, mediante orientação da Cruz Vermelha Internacional.

Cabe ainda ressaltar que o impacto destes trabalhos não se limitou ao povo haitiano. Os outros países que compunham a missão também foram diretamente impactados pelas ações da BRAENGCOY, tendo em vista que muitos foram beneficiados por obras de melhoria das instalações conduzidas pela companhia, conforme relatado pelo comandante do 2º contingente:

Em virtude da [Companhia de Engenharia] Haiti estar prestando o apoio à implantação da logística da MINUSTAH, com o aumento do bem-estar das tropas, a repercussão dos trabalhos da subunidade está sendo muito bem vista junto às diversas tropas empregadas no teatro de operações. (BRASIL, 2006a)

Na situação em questão observa-se, ainda, a atuação conjunta das duas formas de poder, *hard* e *soft power*, na ação da BRAENGCOY. Por ser a tropa de engenharia de maior poder de combate presente no terreno, a companhia mostrava a capacidade operacional do Exército Brasileiro, ao passo que, ao trabalhar na melhoria da qualidade de vida das tropas de outros países, espalhava um sentimento de benevolência da parte dos brasileiros. Desta forma, a companhia também foi, por si só, um instrumento gerador de *smart power* frente aos países componentes da missão.

Considerações finais

Através da sua atuação como país líder das forças de militares da MINUSTAH, o Brasil cresceu no âmbito internacional, ganhando prestígio dentro das Nações Unidas, o que se refletiu também em outras instituições supranacionais. Podemos dizer que a aplicação do poder nacional sob o enfoque do *smart power* possibilitou ao Brasil subir de patamar, sendo reconhecido como um ator capaz de agir não somente se utilizando de meios de atração, mas também pela conjugação de força e cooperação, trabalhadas de uma forma sinérgica, a fim de alcançar resultados mais expressivos, conforme constata Cezne (2016, p. 91).

O reconhecimento do sucesso da atuação brasileira na MINUSTAH pode ser comprovado por fatos como a nomeação, no ano de 2013, do General Carlos Alberto dos Santos Cruz para o cargo de *Force Commander* da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Entre 2006 e 2009, o General Santos Cruz ocupou cargo similar na MINUSTAH, oportunidade em que as tropas travaram intensos combates e lograram a pacificação de importantes comunidades, como *Bel Air* e *Cité Militaire* (CAVALCANTI, 2014). Junto com sua nomeação, a ONU autorizou, pela primeira vez na história, que uma

força de paz tomasse a iniciativa de perseguir e destruir forças combatentes envolvidas em um conflito (BOECHAT, 2014). Durante sua permanência no cargo, o Brasil foi o único país no mundo a ter dois *Force Commanders* em atuação ao mesmo tempo. Outro fato indicativo do aumento da relevância brasileira na cena das operações de paz foi o convite das Nações Unidas para que o Brasil passasse a compor as forças de paz de missões de maior complexidade, como a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

O uso das tropas de engenharia como elemento de *soft power* e transformação de *hard power* em *smart power*, como mostrado no artigo, contribuiu para o reconhecimento brasileiro no cenário das missões de paz da ONU. Esta preocupação em trabalhar de uma forma dual – ser útil para as tropas apoiadas bem como para a população local – é mais uma característica daquilo que se tem chamado de *Brazilian way of peacekeeping* – um jeito brasileiro de conduzir missões de paz – baseado no bom humor e na criação de laços que facilitam a aproximação com a comunidade local (MAGUIRE, 2009).

Ainda que não seja uma atuação comum no âmbito da ONU, a geração de *smart power* pela conjugação de tropas de arma-base com engenharia já foi observada em outros ambientes, como em operações de contra-insurgência (HEYRES, 2013; NYE, 2011; PARROTT, 2010). Dentro do cenário nacional, a combinação entre o uso de tropas de infantaria e engenharia, simultaneamente, em uma missão de paz, com uma abordagem similar à que foi empregada no Haiti, é uma experiência única e bem-sucedida. Caso o país participe de futuras missões de paz com uma composição de forças similar, seria de grande relevância o estudo mais aprofundado desta atuação sinérgica como estratégia de obtenção de melhores resultados para o alcance dos objetivos de pacificação e de projeção da imagem brasileira no exterior.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. E. et al. O Brasil e a MINUSTAH: Lições a partir da Literatura Acadêmica. In: **A Participação Brasileira na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, Lições e Práticas Relevantes para Futuras Missões**. [s.l.] Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BIGATÃO, J. D. P. A Norma de Proteção de Civis nas Operações de Paz da ONU: os mandatos robustos da década de 2000. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 3, 7 fev. 2017.
- BOECHAT, Y. Um brasileiro no coração das trevas. **ISTOÉ Independente**, n. 2320, 14 maio 2014.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público: Ciudad y Ciudadanía**. [s.l.] Electa, 2003.
- BOUTELLIS, A.; SMITH, A. C. **Engineering Peace: The Critical Role of Engineers in UN Peacekeeping**. New York: International Peace Institute, 2014.
- BRACEY, D. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 315–331, dez. 2011.
- BRASIL. **Relatório Final de Operação**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/2, 7 jun. 2006a.
- BRASIL. **Relatório Final de Operação – 3º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/3, 18 dez. 2006b.

- BRASIL. **Relatório Final de Operação – 4º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/4, 15 jun. 2007.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão do 6º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/6, 5 jun. 2008a.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão do 7º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/7, 2 dez. 2008b.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão do 8º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/8, 9 jun. 2009.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão do 9º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/9, 5 fev. 2010a.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/12**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/12, 12 set. 2010b.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão do 14º Contingente**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/14, 10 set. 2011.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/15**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/15, 18 abr. 2012a.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/16**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/16, 3 dez. 2012b.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/17**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/17, 7 jun. 2013.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/19**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/19, 4 jun. 2014a.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/20**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/20, 4 dez. 2014b.
- BRASIL. **Apresentação do Relatório Final de Operações do 22º Contg Cia E F Paz - Haiti**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/22, 2015a.
- BRASIL. **Relatório de Término de Missão - Cia Eng F Paz - Haiti/21**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/21, 1 jun. 2015b.
- BRASIL. **Relatório por Término de Missão 25º Contingente da Cia E F Paz-Haiti**. Porto Príncipe: BRAENGCOY/25, 2 jun. 2017.
- BRASIL. **Histórico**. Disponível em: <<http://braengcoy-haiti.eb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: 3 jul. 2019.
- CAMPBELL, K.; O'HANLON, M. **Hard Power: The New Politics of National Security**. New York: Basic Books, 2007.
- CAVALCANTI, C. A. DE M. **Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB**. Rio de Janeiro: CCOPAB, 24 set. 2014. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/repositorio-de-arquivos/category/3-os-10-anos-da-minustah-e-o-ccopab>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- CEZNE, E. **Harnessing the Blue Helmet Enterprise: Brazil, MINUSTAH and the projection of a peacekeeping profile**. Master Thesis, International Relations—Ås, Noruega: Norwegian University of Life Sciences, 23 ago. 2016.

- COOPER, R. Hard power, soft power and the goals of diplomacy. In: HELD, D.; KOENIG-ARCHIBUGI, M. (Eds.). **American Power in the 21st Century**. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity, 2004.
- DORATIOTO, F. F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p. 130–149, dez. 2000.
- FARIAS, A. L. A participação da Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 5, n. 12, p. 54–67, 1 dez. 2017.
- GREENBURG, J. The “Strong Arm” and the “Friendly Hand”: Military Humanitarianism in Post-earthquake Haiti. **Journal of Haitian Studies**, v. 19, n. 1, p. 95–122, 2013.
- HEYRES, W. C. **Navy Seabees: Versatile Instruments of Power Projection**. Quantico, VA: Marine Corps Command and Staff College, 16 abr. 2013. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/docs/citations/ADA602832>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- KARLSRUD, J. The UN at war: examining the consequences of peace-enforcement mandates for the UN peacekeeping operations in the CAR, the DRC and Mali. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 40–54, 2 jan. 2015.
- KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- LESSA, M. A. G. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah)**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)—Rio de Janeiro, RJ: Escola Brasileira de Administração Pública, 2007.
- LIMA, M. M. **A participação do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, no pós- terremoto: contribuições para a projeção internacional do EB em apoio à política exterior do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Rio de Janeiro, RJ: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2017.
- LUJÁN, C. A. En los bordes del poder mundial: Brasil a comienzos del siglo XXI. **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, p. 52–66, 17 set. 2016.
- MAGUIRE, R. **What role for the United Nations in Haiti?** Washington, D.C: United States Institute of Peace, 2009.
- MORAES, I. A. DE; ANDRADE, C. A. A. DE; MATTOS, B. R. B. A Imigração Haitiana para o Brasil: Causas e Desafios. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 95–114, 1 nov. 2013.
- MOREIRA JR, H. Os BRICS e a Recomposição da Ordem Global: Estratégias de Inserção Internacional das Potências Emergentes. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 9–10, p. 71–89, 1 mar. 2012.
- MUXAGATO, B. A projeção internacional do Brasil para um mundo multipolar (2003- 2010). **Chronique des Amériques**, v. 14, n. 4, p. 12, out. 2014.
- NASSER, F. Pax Brasiliensis: Projeção de Poder e Solidariedade na Estratégia Diplomática de Participação Brasileira em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. DE; PATRIOTA, A. DE A. (Eds.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012.
- NYE, J. S. **The Paradox of American Power: Why the World’s Only Superpower Can’t Go It Alone**. 1 edition ed. New York: Oxford University Press, 2003.
- NYE, J. S. Get Smart: Combining Hard and Soft Power. **Foreign Affairs**, v. 88, n. 4, p. 160–163, 2009.
- NYE, J. S. **O Futuro do Poder**. 1a ed. Rio de Janeiro: Benvirá, 2011.

- NYE, J. S. **Is the American Century Over?** Edição: 1 ed. Malden, MA: Polity Press, 2015.
- PARROTT, L. F. **Military Engineers: An Interagency Bridge Between Hard and Soft Power:** Fort Belvoir, VA: Defense Technical Information Center, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/docs/citations/ADA518351>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- PATRIOTA, A. DE A. Haiti : desafios e oportunidades no pós-terremoto. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 2, jun. 2010.
- PAUTASSO, D. O Fortalecimento das Relações Sul-Sul:Estratégias e Realidades para os Países Emergentes. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 8, p. 48–62, 4 nov. 2011.
- PECEQUILO, C. S. **Política Externa: Debate e Balanço.** Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Politica-Externa-Debate-e-Balanco/6/15950>>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- PINTO, D. J. A. **Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira.** 3º Encontro Nacional ABRI. Anais... In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - USP. São Paulo: 2011.
- POTTER, E. H. **Branding Canada: Projecting Canada’s Soft Power Through Public Diplomacy.** [s.l.] McGill-Queen’s Press - MQUP, 2009.
- RODRIGUES, A. D. O.; MIGON, E. X. F. G. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. **Carta Internacional**, v. 12, n. 3, p. 77, 30 dez. 2017.
- SEITENFUS, R. De Suez ao Haiti: A Participação Brasileira nas Operações de Paz. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG) (Ed.). **O Brasil e a ONU.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- SILVA, D. D. DA. **Operações de paz à brasileira - uma reflexão teórica, contextual e historiográfica: um estudo de caso da Minustah.** 3º Encontro Nacional ABRI 2011. Anais... In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - USP. São Paulo, SP: 2011 Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v1/a60.pdf>>.
- SILVA, G. G. R. DA. **O apoio logístico de forma autônoma e eficaz como forma de evitar que as tropas fiquem desguarnecidas no terreno.** Monografia (Especialização em Ciências Militares)—Rio de Janeiro, RJ: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2018.
- SILVA, F. J. S. S. E. O Poder Militar Brasileiro Como Instrumento de Política Externa. In: SILVA FILHO, E. B. DA; MORAES, R. F. DE (Eds.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- SOUZA, I. I. DE. O Resgate da Discussão sobre o “Congelamento do Poder Mundial” nos Governos Lula e Dilma (2003-2013). **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 26, p. 67–80, 9 nov. 2014.
- UNITED NATIONS (UN). **UN Mission’s Summary detailed by Country.** Nova York: DPKO, 30 set. 2011. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/sept11_3.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2018.
- UNITED NATIONS (UN). **Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions.** New York: United Nations, 4 ago. 2017. Disponível em: <<http://undocs.org/a/72/288>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

- VALENÇA, M. M.; CARVALHO, G. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 3, p. 66–94, dez. 2014.
- VIEIRA NETO, F. P. Epopeia Militar Brasileira no Haiti. In: **A Participação Brasileira na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, Lições e Práticas Relevantes para Futuras Missões**. [s.l.] Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017. p. 117.
- WALKER, M. M. S. A Estratégia Militar Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti de Clausewitz ao Novo Desafio. **Military Review**, p. 9, jul. 2016.
- WALKER, M. S. Evolução da concepção operativa do contingente brasileiro na MINUSTAH. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 1, n. 13, p. 20–35, 28 mar. 2018.
- WILLIAMS, G. H. **Engineering Peace: The Military Role in Postconflict Reconstruction**. [s.l.] US Institute of Peace Press, 2005.
- WILSON, E. J. Hard Power, Soft Power, Smart Power. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 110–124, 1 mar. 2008.
- WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken windows. **Atlantic monthly**, v. 249, n. 3, p. 29–38, 1982.

*Recebido em 14 de maio de 2019.
Aprovado em 15 de julho de 2019.*

RESUMO

Este artigo aborda a maneira pela qual o trabalho realizado pela Companhia de Engenharia de Forças de Paz (BRAENGCOY) brasileira resultou na geração do *soft power* necessário para que a atuação das tropas de paz brasileiras da MINUSTAH se convertesse em *smart power*. O estudo apresenta uma caracterização do poder militar do Brasil presente na missão, representado pelas forças de segurança e estabilização, e a forma pela qual a sua atuação contribuiu para demonstrar o *hard power* brasileiro para o mundo. Em seguida, analisa o trabalho realizado pela BRAENGCOY, com um enfoque naqueles que tiveram um impacto direto na população haitiana, o que fez com que ela ultrapassasse o seu papel tradicional de elemento multiplicador do poder de combate para se tornar também em gerador de poder de atração, característica do *soft power*. Por fim, foi realizada uma análise das características dos trabalhos realizados que favoreceram a geração do *soft power*, de forma a permitir a observação das vantagens do emprego de tropas de engenharia nas operações de paz para a obtenção do efeito sinérgico do *smart power* pela combinação de *hard* e *soft power*.

Palavras-chave: Operações de Paz; MINUSTAH; BRAENGCOY.

ABSTRACT

This article addresses the way the work performed by the Brazilian Engineering Company (BRAENGCOY) produced the soft power needed to convert the action of the Brazilian troops at MINUSTAH into smart power. The study presents a profiling of the Brazilian military power deployed in the mission, represented by the security and stabilization forces, and the way that their actions contributed to show its hard power to the world. Following to this, it analyses BRAENGCOY's work, with a focus on those who had a direct impact on the Haitian population, which made it exceed its traditional role as a combat power multiplier agent to also become an attraction power producer, a soft power component. Lastly, it was performed an analysis of the engineering jobs characteristics which favored the soft power production, in order to allow the observation of the advantages of the deployment of engineering troops in peacekeeping missions for the attainment of the smart power synergic effect, by the blend of hard and soft power.

Key-words: Peacekeeping; MINUSTAH; BRAENGCOY.

COPYRIGHT:

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

